

# A COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO (1930-1940)<sup>1</sup>

MORIGI, Josimari de Brito<sup>2</sup>; HAHN, Fábio André<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente texto tem como objetivo apresentar aspectos do processo de colonização e formação do espaço urbano no município de Mamborê, situado na microrregião geográfica de Campo Mourão, no recorte temporal que se estende entre as décadas de 1930-1940. O processo de ocupação teve seu início marcado pela intensa atuação das Companhias exploradoras da erva-mate nativa e que chegaram à região do atual município de Mamborê por volta de 1918, onde instalaram inúmeros acampamentos. Entre os acampamentos criados podemos destacar Natividade, sob o qual foi constituído o atual espaço urbano da cidade de Mamborê, no momento em que o estado demonstrava grande preocupação com a defesa das fronteiras nacionais. Para compreender melhor esse processo, foram realizadas investigações da documentação em órgãos públicos e a realização de entrevistas com migrantes que participaram do processo de colonização.

**Palavras-chave:** Mamborê. Colonização. Migrações. Constituição do Espaço Urbano.

## COLONIZATION OF THE MUNICIPALITY OF MAMBORÊ-PR AND TRAINING OF URBAN SPACE (1930-1940)

**ABSTRACT:** This paper aims to present aspects of the process of colonization and formation of urban space in the city of Mamborê, located in the geographic micro region of Campo Mourão, during the period that extends from the decades 1930 to 1940. The occupation process had its beginning marked by intense activity of the companies that exploit the native yerba mate and arrived in the region of the current city of Mamborê by 1918, where they settled numerous camps. Among the camps created one can point out Natividade, territory upon which was constituted the current city of Mamborê, just when the state showed big concern for the defense of national borders. To better understand this process, investigations were carried out in public institutional documentation and interviews with migrants who participated in the colonization process.

**Keywords:** Mamborê. Colonization. Migration. Constitution of Urban Space.

<sup>1</sup>EIXO TEMÁTICO: Memória urbana e memória das cidades.

<sup>2</sup>Acadêmica do curso de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), josimorigi@gmail.com, membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder e do Grupo de Estudos Urbanos da FECILCAM – GEURF.

<sup>3</sup>Doutor em História e professor Adjunto da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), Departamento de Ciências Sociais, fabioandreh@gmail.com, membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

– I –

Muito embora as pequenas cidades representem uma porcentagem significativa no território brasileiro, ainda são poucos os estudos urbanos sobre as suas dinâmicas e as suas constituições. Tal realidade motivou, em parte, a produção deste texto que tem como objetivo analisar e problematizar aspectos da colonização e da consequente formação do espaço urbano da pequena cidade de Mamborê (Figuras 1 e 2), caracterizada como pequena não somente pelo seu quantitativo populacional, mas também pela dimensão de seu território<sup>3</sup>.



Figura 1: Mapa da Localização do Perímetro Urbano e Localização Geográfica de Mamborê no contexto da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.

Fonte: IBGE, 2010; Prefeitura Municipal de Mamborê, 2010 Adaptado e Organizado por: MORIGI, Josimar de Brito, 2011.

A ocupação de todo o território paranaense se deu em épocas diferentes, entretanto, foi mais acentuada no início do século XX, momento em que migrações mais intensas marcaram o processo da maior parte da ocupação e da colonização do estado, aumentando significativamente o contingente populacional do Paraná. Para compreender

<sup>3</sup>O município de Mamborê possui uma área total de aproximadamente 782,904 Km<sup>2</sup>, sendo a área urbana de 2.789.134,52 m<sup>2</sup>. Sua população é de aproximadamente 13.968 habitantes. Destes, 8.984 residem na área urbana, conforme o censo de IBGE de (2010).

melhor este processo, definimos como recorte temporal as décadas de 1930-1940, momento da migração de um grande número de famílias para a região e da implementação de projetos de colonização por parte do poder público estadual. Tendo presente este entendimento, realizamos em um primeiro momento uma investigação da bibliografia especializada e de uma variada malha documental, como registros em órgãos públicos, acervos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Mamborê e da Cúria Diocesana de Campo Mourão, entrevistas com migrantes e acervos pessoais dos moradores do município. Com isso, pretendemos, portanto, enfatizar duas questões neste texto: o processo de colonização e a consequente formação do espaço urbano resultante desse processo.



Figura 2: Foto aerea da Cidade de Mamborê-PR - 2011.

Fonte: <http://www.trnnoticias.com.br/2011/310helicptero.html>, acesso em: 25/06/2011

– II –

É importante ressaltarmos que, muito tempo antes da chegada dos primeiros migrantes à região de Mamborê, no século XX, o espaço já era ocupado por grupos indígenas. O território onde está localizado o atual município também já pertenceu aos espanhóis, na época em que estava em vigor o Tratado de Tordesilhas (século XV e

XVIII). De acordo com esse Tratado, apenas a parte leste do atual estado do Paraná pertencia aos portugueses e o restante do território era de domínio espanhol, portanto, nesse território, podem ser encontrados indícios da ocupação indígena e espanhola em diferentes momentos históricos. Alguns historiadores chegam a afirmar que havia ramificações da enigmática rota construída pelos indígenas sul-americanos, denominada “Caminho de Peabiru”. Uma dessas ramificações teria passado pela região do atual município de Mamborê.

Entretanto, conforme descrito no histórico elaborado pelo município para a comemoração dos 25 anos de Mamborê (1985, p. 4), os primeiros registros de povoação na região do atual município dos quais se tem relato ocorreram por volta de 1918, após a Primeira Guerra Mundial. Quando argentinos e paraguaios que trabalhavam para as Companhias dos obrageros chegaram à região com intuito de explorar a erva-mate (*Ilex paraguayensis*). Os obrageros eram empreendedores que não tinham interesse em colonizar e povoar áreas onde atuavam, mas apenas explorar os produtos nativos (GREGORY, 2011, p. 44).

Conforme Maria Lúcia da Cruz (2010, p.72), o Engenheiro Militar e obragero argentino Dom Júlio Thomas Allica, proprietário de uma Companhia, foi o principal explorador e exportador da erva-mate nativa da região. Ele se instalou na região de Campo Mourão em 1919, onde implantou vários acampamentos nas proximidades da Campina do Amoral, no atual município de Mamborê.

De acordo com o Relatório da VII Peregrinação no Caminho de Peabiru (2007, p. 01), no final do século XIX o argentino Dom Júlio Allica, juntamente com os seus comandados argentinos e paraguaios, vinha desde o Rio Piquiri e chegou em Mamborê, no local onde está localizada a atual Praça das Flores. A este local, Allica decidiu dar o nome de Natividad, sendo este o acampamento mais distante dos que pertenciam ao argentino com relação a sua base, no Rio Paraná, no período da intensa exploração da erva-mate pelas Companhias. No acampamento Natividad, por exemplo, o obragero manteve uma espécie de sede dos outros acampamentos menores, com vários ranchos, armazéns e alojamentos, local em que se produziam mantimentos e criavam animais. E, deste local, partiam diversas “picadas”, em todas as direções, em busca da erva-mate.

Em virtude da pesada rotina de trabalho a qual os trabalhadores (*mensus*) eram submetidos pelos capatazes de Allica, muitos deles acabaram fugindo do acampamento Natividad. A notícia de constantes fugas e maus tratos gerou grande dificuldade para Allica no recrutamento de novos trabalhadores. Allica, então, resolveu mudar o nome do acampamento para “Haamam-Amburê”. Com a nova nomeação, o acampamento conseguiu atrair novos trabalhadores e reativar a exportação da erva-mate. Porém, os

novos trabalhadores continuaram a sofrer com os maus tratos.

De acordo com Ruy Christovam Wachowicz (1982, p. 58), em 1924, com a passagem e vitória das tropas legalistas do mineiro, e então presidente da república, Arthur Bernardes, nos combates contra os revolucionários pela região Oeste do Paraná, muito trabalhadores que sofriam maus tratos nos acampamentos de Allica foram libertados, levando as atividades do sistema obragero à decadência, em virtude da falta de mão-obra e também porque os seus capatazes haviam sido presos e vários dos seus acampamentos, saqueados e destruídos.

A formação urbana foi construída no espaço do acampamento Natividade de Allica, permanecendo até hoje resquícios dessa ocupação, em especial os traçados e primeiros caminhos abertos pelos paraguaios como a Avenida Interventor Manuel Ribas, hoje uma das principais avenidas de Mamborê e algumas estradas do município.

O processo de ocupação de Mamborê teve vários ciclos, entretanto, parece evidente, neste caso, que a colonização da região, ao se intensificar no final da primeira metade do século XX, respondia a uma angústia e preocupação do estado com a defesa das fronteiras nacionais. A ocupação ocorreu em duas frentes de expansão: uma proveniente do norte, derivada da frente do café por migrantes paulistas, mineiros e nordestinos, e outra do sul do Brasil, composta em sua grande maioria por gaúchos e catarinenses descendentes de europeus que passaram a se dedicar à agricultura familiar através da plantação de milho, trigo, arroz, mandioca, batata, cana-de-açúcar, além da criação de gado e de porcos<sup>5</sup> (Cf HESPANHOL, 1993, p. 73). Porém, Nilo Bernardes (1952, p. 439), ressalva que alguns dos primeiros migrantes conhecidos, que chegaram à região, eram provenientes da parte Norte e Leste do território paranaense. Dentre estes migrantes, podemos destacar os de origem ucraniana que começaram a chegar à Mamborê no final da década de 1940, procedentes principalmente de Prudentópolis e Guarapuava. E, por outro lado, como também afirmou Elpídio Serra (2009, p.03), o noroeste paranaense foi atingido na década de 1940 pelo fluxo migratório que já havia se iniciado na década anterior no norte do estado, sendo um dos principais atrativos a fertilidade da tão propagandeada “terra roxa” e a atividade cafeeira.

---

<sup>5</sup>Para Elóide Fiorese Procópio (2009, p. 04), a migração proveniente do Rio Grande do Sul ocorreu principalmente em dois momentos distintos: O primeiro no início do século XX, quando milhares de gaúchos, sentindo-se ameaçados pelo contexto políticos conturbado da época migraram para o Paraná e Santa Catarina. O segundo momento ocorreu na década de 1940, quando houve o deslocamento de um grande fluxo de migrantes sulistas para o Paraná, devido ao fracionamento de terras do sul resultante de subdivisões por herança familiar.

As famílias de migrantes começaram a chegar à região a partir de 1925. A família Nogueira composta pelo Sr. Firmino Manoel Nogueira, a sua esposa Albina Siebre Nogueira e a filha Balbina, estão entre as primeiras famílias a chegar. Mais tarde, também vieram alguns parentes de Albina: Salvador Siebre, com sua esposa e seus dois filhos; Fortunato Siebre, com sua esposa e seus cinco filhos; o Sr. Feliciano e a família Capote que era composta por uma senhora viúva e seus dois filhos. Dentre esses migrantes, não havia descendentes das levas de imigração européia, pois eram todos brasileiros provenientes dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

As dificuldades encontradas pelos primeiros migrantes em Mamborê eram inúmeras, mas duas podem ser destacadas com maior vigor. A primeira é referente às dificuldades de estabelecimento na região, pois ao chegarem à região de carroças, por meio de estreitas “picadas”, tiveram que derrubar a mata e serrar a madeira à mão para construir suas casas. Enquanto estas não ficavam prontas eles utilizaram os barracões do acampamento Natividad como moradia. Conforme supramencionamos, este acampamento localizava-se onde atualmente está a Praça das Flores, na cidade de Mamborê, sendo esse o local da formação do núcleo urbano atual da mesma cidade. A segunda dificuldade que marcava essa população era a inexistência de comércio próximo, ou seja, havia uma infraestrutura precária, o que dificultava a fixação de residência nessa região tão inóspita.

No início da década de 1930, chegou o mineiro Léo Guimarães, este instalou uma pequena casa comercial, a qual deixou sob a responsabilidade do guarapuavano Daniel Miranda.

Nesta pequena casa comercial, eram vendidos desde produtos alimentícios até tecidos, calçados, querosene, dentre outras coisas. No entanto, o incremento comercial na região passou a ter maior vigor a partir da década de 1940, quando chegaram Augusto Mendes dos Santos e Antônio Genciano dos Santos, vindos da cidade de Pitanga, os quais estabeleceram suas casas comerciais e, assim, o povoado começou a tomar forma.

Cabe ressaltar que naquela época, quando os comerciantes da pequena vila precisavam recompor seus estoques, havia a necessidade de se deslocar até a cidade de Pitanga ou até Guarapuava. A mesma dificuldade era encontrada quando alguém ficava doente, pois não havia médico no povoado e, por isso, as pessoas se deslocavam até Campo Mourão que, na época, ainda era distrito de Pitanga bem como a cidade mais próxima. Apenas para os casos mais urgentes as pessoas se dirigiam a Pitanga. A viagem era cansativa e demorada, posto que era necessário fazer o trajeto sobre o lombo de animais ou em carroças. As “picadas” eram estreitas e se estendiam mato adentro por mais de 120 Km de extensão.

Em 1934, o senhor Joaquim Dorneles Barbosa foi nomeado pelo município de Pitanga, do qual o povoado Mamburê fazia parte, para exercer a função de Inspetor Municipal e Policial. Barbosa ficou responsável pela segurança e indicava aos migrantes que chegavam ao povoado os locais onde seriam feitas as novas construções. (Histórico...1985, p. 05).

Com o controle exercido pelo Município de Pitanga, a partir de 1934, através do Inspetor Municipal e Policial, e com a chegada de mais famílias, em 1940, a localidade tornou-se uma vila, nomeada de Vila “Mamburê”. No entanto, cabe salientar que ao longo de vários anos a vila pouco cresceu, mantendo-se isolada geograficamente, com algumas casas residenciais das poucas famílias que viviam ali, pequenas casas comerciais, algumas serrarias, uma Igreja Católica, armazéns e barracões para o abrigo de animais e o armazenamento dos produtos colhidos. Os moradores de “Mamburê” continuavam a sofrer com a frágil infraestrutura da vila.

Conforme nos relatou em entrevista o senhor Antônio Genciano dos Santos Filho, filho de migrantes procedentes de Pitanga, a vida das poucas famílias que moravam no povoado “Mamburê” era muito difícil e a subsistência dessas famílias dependia em parte da safra, sobretudo de milho, e da venda de porcos em Guarapuava. Segundo ele:

[...] Fazia safra plantava-se milho e comprava porco e levava tocado daqui a Guarapuava. Era quatro meses pra descer e três meses pra subir à pé daqui lá tocando. [...] Tinha já os pontos de parada lá. Então chegava lá, era 20 Km até um ponto que se andava por dia de madrugada até chegar lá. Chegava lá daí dormia, tratava os porcos no dia seguinte de novo. Pra ver que a coisa era muito difícil [...] (SANTOS FILHO, 2011).

Em relação à produção agrícola desenvolvida em Mamborê na década de 1940, Polon Radecki (2011), nos relatou que quando chegou no povoado, em 1944, as poucas famílias que ali viviam plantavam alguns pés de café dentro da mata. Também plantavam arroz, milho, mandioca, batata, feijão, dentre outros produtos, mas todos em quantidade muito pequena, somente para o consumo da família. Além disso, como naquela época o gado e os porcos ficavam soltos, os animais comiam grande parte da produção. No entanto, quando foi iniciado o loteamento, estabeleceu-se por lei que os animais deveriam ser criados em um espaço fechado. A partir desse momento, aumentou a produção agrícola de Mamborê e o excedente passou a ser comercializado com os novos moradores que estavam chegando à localidade.

Mesmo com a chegada de mais famílias, a Vila “Mamburê” conservou-se entre 1925 e 1940 com poucos moradores e poucos recursos, ou seja, manteve-se por um

longo tempo esquecida e isolada geograficamente na região. Todavia, com o início do grande ciclo econômico do café e instauração definitiva de cidades como: Londrina, Maringá, Campo Mourão, dentre outras. A região Norte do Estado atraiu uma grande leva de pessoas de todas as regiões do país. Esse processo acabou por gerar a substituição das antigas “picadas” por estradas, e o povoado “Mamburê”, que até então tinha suas terras cobertas por densas florestas de pinheiros nativos, começava a ter um maior acesso aos principais centros comerciais da região.

A extração da madeira foi uma das primeiras atividades comerciais, que permeou a ocupação da região e favoreceu o surgimento de indústria de beneficiamento de madeira. Durante as décadas de 1930 e 1940, Mamborê chegou a contar com cerca de 30 serrarias em pleno funcionamento, fomentando o comércio e atraindo os habitantes das áreas adjacentes até este pequeno núcleo de ocupação. Entre as primeiras serrarias de Mamborê podem ser destacadas as de Joani Esguari e Ricardo Kaufmann (Figura 03).

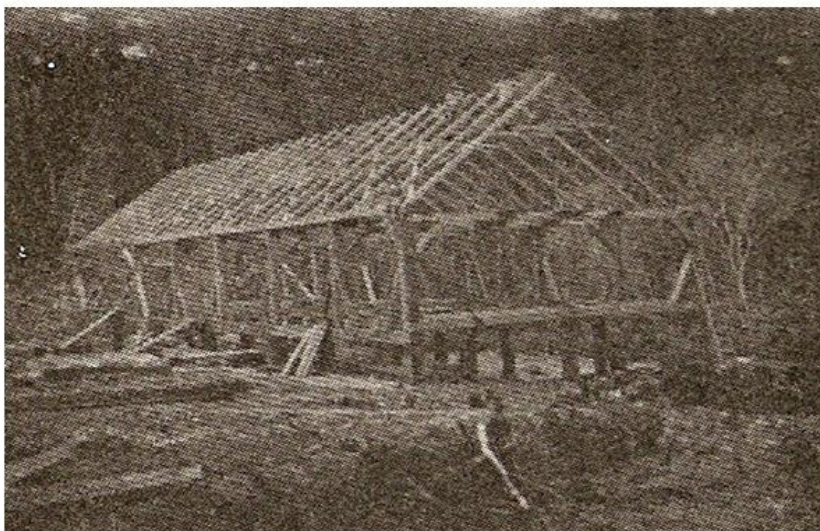


Figura 3: Foto da Seraria de Ricardo Kaufmann, ( Década de 1940)

Fonte: Histórico de comemoração dos 25 anos de Mamborê, administração Ivo Bruneta, 1985.

Conforme observamos na figura anterior, as serrarias construídas nas décadas de 1930 e 1940 eram extremamente simples, sem espaço adequado para o armazenamento da madeira, com poucas máquinas e com um processo basicamente manual, distante de oferecer segurança necessária aos trabalhadores.

Com o tempo, conforme as famílias de migrantes foram chegando e ocupando territórios, iniciou-se a preocupação em regularizar a situação dos proprietários, pois a necessidade de se obter o Título de Propriedade evitaria problemas, tendo em vista que até aquele momento só se tinha a chamada “posse” das terras.



É importante salientarmos que, dentre as décadas de 1930 e 1940, ocorreu um grande fluxo migratório de vários estados brasileiros para a região. Visto que, neste período, o governo do Estado resolveu colonizar também as suas terras devolutas e de antigas concessões retornadas.

Em virtude dessa medida anunciada pelo interventor Manoel Ribas, o Paraná ganhou, no início da década de 1940, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Mais tarde, em 1943, foi criada a 8ª Inspetoria de Terras, localizada em Guarapuava, onde se concentrava a administração da região polarizada de Campo Mourão, que na época não possuía municípios.

O diretor da Inspetoria, o engenheiro civil Sady Silva, tinha planos de formação de patrimônios que, segundo suas estimativas, poderiam transformar-se em cidades com o passar dos anos. Era, portanto, também do interesse do engenheiro, a legalização das terras e a atração de novos compradores das terras devolutas. Para apressar o projeto, Sady conseguiu instalar em Campo Mourão a Inspetoria de Terras, transferindo-a de Guarapuava.

Segundo Onofre (2005, p.70), com intuito de regularizar e controlar a grilagem de terra, o governo do Paraná instala, em 1943, a 8ª Inspetoria de Terras do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, na região de Campo Mourão. Este processo, além de proporcionar um controle na apropriação das terras devolutas, desencadeou a vinda de um grande fluxo populacional, o qual era constituído por agricultores de diversas partes do Brasil, atraídos por notícias de existência de terras devolutas no Estado.

O trabalho de demarcação das terras da região de Campo Mourão ficou sob responsabilidade do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (D. G. T. C.) e da 8ª Inspetoria de Terras. Após o término do processo de medição, em 1949, foram demarcadas as glebas de cada colônia (ONOFRE, 2009, p. 15).

Neste contexto, temos a contribuição de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (1953), salientando que:

Como resultado de um plano geral de colonização, várias colônias foram criadas na vertente da margem direita do rio Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e na do rio Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquillão e Mourão. São estas colônias constituídas por numerosas glebas cujas áreas, salvo algumas exceções, variam entre 5.000 e 10.000 hectares (BERNARDES, 1953, p. 350).

No que se refere à comercialização das terras da região de Campo Mourão, Soriano (2002), explana que a venda dos lotes rurais da região de Campo Mourão fora

realizada pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão LTDA; e pela Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná e, em maior escala, pelo governo do Estado por meio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização e da 8ª Inspeção de Terras, conforme o plano de colonização em desenvolvimento. A venda dos lotes se deu de forma muito rápida, visto que o preço das terras era significativo no mercado e o pagamento poderia ser feito parcelado e a juros baixos.

Segundo Olipa (1998), no dia 1º de junho de 1944, por determinação do Interventor Manoel Ribas, as terras da região de Mamborê começaram a ser legalizadas. A primeira reunião para a legalização e titulação das terras foi realizada na residência de Daniel Miranda, pelo Sady Silva, chefe da Inspeção Regional de Terras. O engenheiro João Ricz e o agrimensor Polon Radecki demarcaram os lotes rurais da colônia Goio-Bang, que abrange a área do atual município de Mamborê. Cabe ressaltarmos que em 1944, ano que recebeu o convite do governo para trabalhar na colonização estadual, o agrimensor Polon Radecki, descendente de poloneses, veio para Mamborê, onde iniciou no mês de maio o trabalho de medição das glebas na região.

Conforme nos relatou em entrevista o próprio agrimensor Polon Radecki, em 1944, o governador Manoel Ribas e o Sady Silva convocaram a população mamboreense, que na época era constituída por cerca de 30 famílias, para participar de uma reunião, na qual fora explicado que iria ser realizada com urgência a colonização de Mamborê, em virtude da forte presença de paraguaios no Paraná, desde o Sudoeste do Paraná até Campo Mourão. As forças armadas brasileiras os haviam expulsado, mas eles insistiam em se fazer presente neste território.

Portanto, a colonização da região do atual município de Mamborê, partiu, sobretudo, do interesse do próprio Estado, em virtude da preocupação deste com a ocupação territorial como forma de garantir a proteção das fronteiras nacionais contra uma entrada maior da população dos países vizinhos. Destarte, o governo do Estado do Paraná tinha urgência na demarcação dos lotes, pois estes seriam vendidos para as inúmeras famílias que chegavam à região em virtude da intensa propaganda que se realizava em diversas regiões do Brasil. Em consequência disso, a comercialização das terras deste município se deu de forma muito rápida.

A demarcação dos lotes foi iniciada na área urbana de Mamborê. A princípio, foram demarcados os lotes da Avenida Interventor Manoel Ribas e da Avenida Augusto Mendes dos Santos (Figura 4), onde parte da mata já havia sido derrubada e já havia várias casas construídas. Como a demarcação dos lotes urbanos não era tão urgente, Polon Radecki e João Ricz foram designados para a realização da demarcação dos lotes rurais e deixaram o término da demarcação do perímetro urbano para ser realizado no final.

Os novos moradores escolhiam quais os lotes queriam e o pagamento do lote urbano tinha de ser realizado à vista. Porém, naquela época, o preço dos lotes era considerado baixo. Já na área rural, aqueles moradores que já residiam a mais de um ano, podiam entrar com pedido de concessão do terreno, junto ao governo do Estado. Aqueles que ocupavam o terreno a menos de um ano eram obrigados a pagar pelo terreno ou deixá-lo.

O tamanho dos lotes rurais era medido de acordo com o tamanho que o comprador queria e os lotes podiam ser pagos de forma parcelada e com juros baixos. Porém, o comprador só poderia ocupar o mesmo após o pagamento da primeira parcela.

Cada pessoa que chegava a Mamborê para adquirir terras podia escolher a localidade das mesmas, porém, desde que estas estivessem próximas as áreas onde as demarcações já haviam sido iniciadas. No entanto, antes da derrubada da mata e da demarcação do terreno, era necessário requerer primeiramente uma autorização dos “guardas florestais” que vieram para Mamborê junto com o agrimensor em 1944. De acordo com o agrimensor, os “guardas florestais” tinham um controle com informações do requerente e de cada terreno que este queria adquirir. Este controle era então repassado para o chefe do Departamento de Geografia, Terras e Colonização de Campo Mourão, a derrubada da mata e as demarcações só eram efetivadas após a autorização do mesmo.

Em relação à legalização das terras, Polon Radecki nos relatou que o término das demarcações da Colônia Goio-Bang ocorrera em 1949, porém, a legalização das terras só começou a ser efetivada na década de 1950. E era um processo demorado, visto que envolvia muita burocracia e os Títulos de Propriedade só eram emitidos em Curitiba.

A figura a seguir retrata parte da área onde se encontra a cidade de Mamborê. Esta pequena estrada corresponde à Avenida Augusto Mendes dos Santos, no ano de 1944. Hoje, uma das principais avenidas da cidade. Nota-se que naquele período havia grande presença de vegetação, sobretudo, araucárias e a ausência de moradias e demais construções. As pessoas que aparecem na foto, da direita para a esquerda são: Polon Radecki, sua filha mais velha e seu companheiro de trabalho João Ricz.

Em 1949, após o término da medição dos lotes na área rural do município, o agrimensor e o engenheiro retornaram às demarcações dos lotes urbanos. Conforme podemos observar na figura 5, a formação da cidade de Mamborê teve seu início na parte Norte da cidade à beira de um curso d' água (Ribeirão Mamborê). À medida que o tempo foi passando, mais famílias foram chegando, os lotes foram sendo demarcados e a cidade começou a crescer no sentido Sul.

Também podemos observar que a forma urbana do “1º loteamento” da cidade de Mamborê, como na maioria das cidades brasileiras, segue um traçado reticulado em que

os quarteirões são quadrados, com exceção das quadras que margeiam os cursos d' água Ribeirão Mamborê e Arroio da Usina que passam ao entorno da cidade.



Figura 4: Foto da Avenida Augusto Mendes dos Santos em 1944  
Fonte: Acervo pessoal do agrimensor Pólton Radecki, 2011

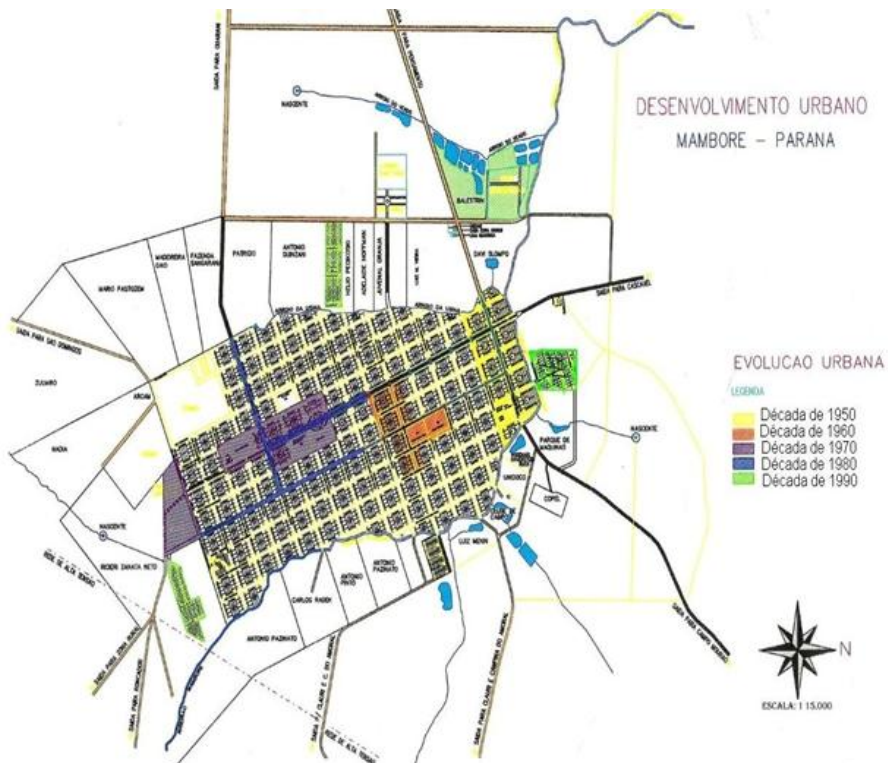


Figura 5: Mapa do Desenvolvimento Urbano do Município de Mamborê - PR  
Fonte: Prefeitura Municipal de Mamborê, 2010

Cabe a ressalva de que, em 1947, com a criação do município de Campo Mourão, a Vila Mamborê passou a pertencer a esse município. No final da década de 1950, Mamborê que até então era Distrito de Campo Mourão, já contava com um número considerável de moradores. E estes, visando melhorias e maiores possibilidades para o desenvolvimento, passaram a reivindicar a emancipação político-administrativa. Esta foi alcançada no dia 28 de julho de 1960, sendo criado o município de Mamborê, através da Lei Estadual N°. 4.425. Porém, sua instalação só ocorrera no dia 03 de novembro de 1961<sup>5</sup>.

### -III-

Em conclusão podemos afirmar que a exploração da erva-mate nativa na região do atual município de Mamborê pelos argentinos e paraguaios e a consequente preocupação política do Estado com a ocupação das fronteiras do estado do Paraná foram os principais fatores na constituição da formação territorial e urbana do município. Na efetivação desse processo, a campanha para atrair migrantes para a região foi muito grande e importante, atraindo famílias das mais diferentes regiões do país, como: paulistas, mineiros, nordestinos, sulistas e paranaenses de outras regiões do Estado. Portanto, a colonização e a ocupação do espaço urbano ocorreram por motivações políticas que vislumbravam a necessidade de ocupação populacional do território como estratégia de defesa das fronteiras nacionais frente às investidas ocorridas pela entrada de trabalhadores dos países vizinhos.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE: Rio de Janeiro. v 15, n°. 3, p. 335-384, jul./set., 1953.

BERNARDES, Nilo. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE: Rio de Janeiro. v 14, nº4, p. 427-456, out./dez., 1952.

---

<sup>5</sup>Com a publicação da emancipação do município no Diário Oficial, por um erro de grafia o nome registrado foi Mamborê, passando a ser oficialmente adotado.

CRUZ, Márcia Lucia da. **Agricultura familiar no contexto da lavoura capitalista no município de Campo Mourão** – PR. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). DGE/UEM, Maringá, Paraná 2010.

GREGORY, Valdir. Fronteiras e Territórios: Explorações nos sertões do Paraná. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antônio (Orgs.). **Nas malhas do poder: história, cultura e espaço social**. 1ª Ed. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2011. v. 1. p. 29-52.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A Formação sócio-Espacial da região de Campo Mourão e dos Municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**. Maringá, v 11, nº 01, p.67-88, dezembro de 1993.

**Histórico da Comemoração dos 25 anos de Mamborê**. Prefeitura municipal de Mamborê. Administração Ivo Bruneta, 1985.

IBGE; **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_parana.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf)> Acesso em: 15 de junho de 2011.

NECAPECAM. **Relatório VII Peregrinação no Caminho de Peabiru**. 2007. Disponível em: < <http://www.caminhodepeabiru.com.br/rel7.htm>> Acesso em: 12 de agosto de 2011.

OLIPA, Wilson. **História de Mamborê**. Mamborê: s/n, 1998.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos socioambientais**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). DGE/UEM, Maringá, Paraná, 2005.

ONOFRE, Gisele Ramos. OLIVEIRA, Danilo Rodrigues. SUZUKI, Júlio César. A Formação do Espaço Mourãoense: o esquecimento das lutas e intensificação do capital no campo. São Paulo, **XIX Encontro nacional de Geografia Agrária, 2009**. Disponível em: < > Acesso: 09 de julho de 2011.

PROCÓPIO, Elóide F. Fiorese. **Campo Mourão: a participação dos migrantes sulistas na produção da soja a partir dos anos 1960**. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2194.pdf?PHPSESSID=2009050408293629>> Acesso em: 05 de agosto de 2011.

RADECKI, Pólton. Entrevista concedida à Josimari de Brito Morigi, em 28 de junho de

2011.

SANTOS FILHO, Antônio Genciano dos. Entrevista concedida à Josimari de Brito Morigi, em 23 de abril de 2011.

SERRA, Elpídio. **Noroeste do Paraná:** o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. Disponível em:<[http://egal2009.easyplanners.info/area06/6247\\_Serra\\_Elpidio.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area06/6247_Serra_Elpidio.pdf)> Acesso em 20 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.** 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SIMIONATO, Edna Conceição. **Campo Mourão:** sua Gente, sua História. Campo Mourão: Kromoset, 1999.

**Síntese Histórica do Município de Mamborê.** Prefeitura municipal de Mamborê. Administração João Szesz, 1974.

SORIANO, Sara Monica Pitot de. **Expropriação e violência:** a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **Obrageros, Mensus e Colonos:** história do Oeste paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.